

**CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E  
TECNOLÓGICO**

**RELATÓRIO TÉCNICO (Chamada: PQ-2017; Processo: 307116/2017-4)**

< TÍTULO DO PROJETO: **Projeto de Funcionamento de Observatório Social e do Trabalho: Eixo do Trabalho**

**Project of the Operation of the Social and Labor Observatory: thematic axis of Labor**

PROPONENTE: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Valéria Ferreira Santos de Almada Lima  
C.I: 037284762009-0  
CPF: 207.651.423 - 68

INSTITUIÇÃO: Departamento de Economia  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas  
Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza -  
GAEPP  
Centro de Ciências Sociais - CCSO  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Palavras-chave: Observatório; Mercado de Trabalho; Políticas Públicas de Trabalho e Renda; Maranhão; Brasil.

Key-word: Observatory; labor market; Public Policies of Work and Income; Maranhão; Brazil.

São Luís – MA

Abril/2021

## **SUMÁRIO**

### **1 INTRODUÇÃO**

### **2 PROPOSTA METODOLÓGICA**

### **3 METAS PREVISTAS E REALIZADAS**

### **4 SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE PESQUISA, ORIENTAÇÃO E DOS PRODUTOS GERADOS**

### **5 SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS REALIZADAS:** estrutura e dinâmica do mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão a partir dos anos 2000

#### 5.1 Taxa de ocupação

#### 5.2 Posição na ocupação no trabalho principal

#### 5.3 Remuneração média do trabalho

### **6 CONCLUSÃO**

### **REFERÊNCIAS**

**PROJETO DE FUNCIONAMENTO DE OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO  
TRABALHO: eixo do trabalho**

**PROJECT OF THE OPERATION OF THE SOCIAL AND LABOR OBSERVATORY:  
thematic axis of Labor**

**RESUMO:** O presente relatório apresenta os resultados do Projeto de Funcionamento de Observatório Social e do Trabalho: eixo do trabalho, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para fins de concessão de bolsa de produtividade, nível II (Chamada: PQ-2017; Processo: 307116/2017-4) e desenvolvido no âmbito do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Objetiva promover a coordenação, a articulação e a divulgação dos estudos e pesquisas que configuram o Eixo do Trabalho no âmbito do referido Observatório, o qual já se encontra em funcionamento desde 2012. Tem como foco o comportamento do mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro e as Políticas Públicas no campo do Trabalho em desenvolvimento no Brasil e no Estado do Maranhão, tendo em vista subsidiar e capacitar sujeitos sociais para se apropriarem de informações necessárias aos processos de tomada de decisão e ao exercício do controle social de Políticas Públicas. O principal procedimento metodológico adotado é a produção, organização e disponibilização de informações sobre a estrutura e a dinâmica do Mercado de Trabalho no Maranhão e no Brasil, utilizando-se como principais fontes de dados as pesquisas realizadas pelo IBGE (PNADc, Censos, etc) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS e CAGED), assim como dados disponibilizados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Os resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Observatório são divulgados através de dois veículos de publicação disponibilizados no site do GAEPP: os Boletins Periódicos, de periodicidade bimestral e os Cadernos de Pesquisa, de periodicidade semestral, os quais têm se constituído em importantes mecanismos de interlocução do GAEPP com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral no que tange a temáticas atuais e relevantes situadas no campo do trabalho. O relatório apresenta uma síntese das atividades de pesquisa, orientação e dos produtos gerados ao longo do período de vigência da bolsa, pondo em relevo os conteúdos abordados nos citados Boletins e Cadernos de Pesquisa, e sistematiza os resultados das pesquisas realizadas com foco nas principais tendências identificadas na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro a partir dos anos 2000.

## 1 INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta os resultados do Projeto intitulado “Projeto de Funcionamento de Observatório Social e do Trabalho: Eixo do Trabalho”, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para fins de concessão de bolsa de produtividade, nível II (Chamada: PQ-2017; Processo: 307116/2017-4). Trata-se de um dos eixos de investigação definidos no Projeto mais amplo: “Observatório Social e do Trabalho no Maranhão” desenvolvido por integrantes do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e cadastrado no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Vincula-se à Linha de Pesquisa do GAEPP referente a Trabalho e Políticas de Geração de Emprego e Renda e à Linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) relacionada à Estado, Trabalho e Políticas Públicas.

O Observatório Social e do Trabalho no Maranhão tem como objeto central de focalização as temáticas Pobreza e Trabalho, centrando-se este projeto, especificamente, no eixo relacionado ao trabalho, tendo como universo o Estado do Maranhão, considerado na sua relação com o Nordeste e o Brasil, a partir de duas dimensões:

- a) Articulação de projetos de pesquisa em desenvolvimento no GAEPP relacionados ao trabalho e às políticas públicas direcionadas ao trabalho, assim como a sistematização e disponibilização de informações concernentes aos resultados destas pesquisas;
- b) Levantamento, sistematização e disponibilização de dados secundários e de estudos desenvolvidos sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho no Maranhão e no Brasil.

As informações levantadas e sistematizadas e os estudos realizados são disponibilizados no site do GAEPP ([www.gaepp.ufma.br](http://www.gaepp.ufma.br)) e são objeto de apresentações e debates junto a segmentos organizados da sociedade e órgãos públicos responsáveis pela formulação e implementação de Políticas Públicas no Estado do Maranhão, mediante a realização de seminários abertos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

O objetivo geral deste projeto é instituir novas bases político-acadêmicas para construção do conhecimento a partir do desenvolvimento de pesquisas sobre o comportamento do mercado de trabalho e sobre Políticas Públicas no campo do Trabalho em desenvolvimento no Estado do Maranhão e no Brasil, tendo em vista

subsidiar e capacitar sujeitos sociais para se apropriarem de informações necessárias aos processos de tomada de decisão e ao exercício do controle social de Políticas Públicas no Estado. Tal objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Organizar, sistematizar e analisar informações sobre a dinâmica e estruturação do mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão, disponibilizando-as à sociedade e aos gestores públicos do Estado;
- Realizar estudos e avaliações sobre Políticas Públicas no campo do Trabalho em desenvolvimento no Brasil e no Estado do Maranhão, tendo em vista contribuir para a organização, a divulgação e a transparência de informações úteis ao desenvolvimento do Estado;
- Contribuir para formulação, implementação, avaliação e controle social de Políticas Públicas relacionadas ao trabalho no Brasil e particularmente no Estado do Maranhão;
- Promover e estimular o debate entre sujeitos sociais interessados sobre Políticas Públicas no campo do trabalho no Brasil e no Estado do Maranhão;
- Subsidiar e capacitar organizações da sociedade que atuam no espaço público, disponibilizando informações para a realização do controle social de Políticas Públicas no campo do trabalho.

Ao disponibilizar aos sujeitos sociais envolvidos no processo das políticas públicas informações atualizadas sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho no Maranhão e no Brasil e sobre as políticas públicas relacionadas ao trabalho, o Observatório Social e do Trabalho visa a fornecer subsídios para a formulação, implementação e avaliação das referidas políticas, para o maior controle destas por parte dos seus destinatários e da sociedade civil organizada e para a produção e disseminação do conhecimento científico.

Conforme destacado no projeto original “Observatório Social e do Trabalho no Maranhão” elaborado pelo GAEPP, as experiências de formação de Observatórios, quer de iniciativa de organizações da sociedade, da academia ou do Estado, situam-se, no Brasil, no âmbito do processo de redemocratização do país. Trata-se de um contexto marcado pelo surgimento de instituições voltadas para o fortalecimento da democracia, colocando na agenda pública a necessidade de maior participação da sociedade e de maior controle social sobre o processo das políticas públicas.

Os Observatórios Sociais geralmente se voltam para o acompanhamento, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas no sentido de criar indicadores e informações que possibilitem o controle destas políticas pela sociedade organizada. Assim sendo, se constituem em mecanismos importantes para contribuir para o

alargamento do espaço público e da participação social dos cidadãos. Daí a interlocução que deve ser mantida com as organizações da sociedade e os setores do Estado responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas.

Portanto, este projeto enquanto um dos eixos constitutivos do projeto “Observatório Social e do Trabalho”, com recorte na área do trabalho, se fundamenta, tal como o projeto original, no entendimento de que a democratização, a efetividade da gestão pública e a participação reivindicatória e propositiva da sociedade, assim como o controle social de Políticas Públicas pressupõem a criação e disseminação de informações alternativas e confiáveis que contribuam para qualificação e fortalecimento de sujeitos sociais, capazes de atuar criticamente no espaço público.

Todos esses elementos e, sobretudo, o contexto mais recente de aprofundamento da crise do capitalismo em âmbito mundial, de grave crise econômica e político-institucional em âmbito nacional, de avanço do conservadorismo nas políticas públicas, de ataque aos direitos sociais e de desdobramentos negativos sobre o mercado de trabalho decorrentes da Pandemia da Covid 19, justificam a relevância do eixo temático focalizado no trabalho e nas políticas públicas a ele relacionadas, como parte constitutiva do Observatório Social e do Trabalho no Maranhão, em funcionamento desde 2012. Tal relevância se justifica ainda e principalmente pelas especificidades do Estado do Maranhão, caracterizado historicamente por um baixo grau de estruturação do seu mercado de trabalho, em comparação com o conjunto do Brasil, o que se expressa pelo ainda reduzido índice de assalariamento e, sobretudo, pela pequena participação dos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada no total dos empregados do Estado.

Isso posto, o texto aqui apresentado contém, além desta introdução, um item dedicado à explicitação da proposta metodológica que orienta este projeto de pesquisa, seguido de uma síntese das metas previstas e realizadas, dos produtos gerados ao longo dos três anos de vigência da bolsa e dos principais resultados obtidos, a partir das pesquisas realizadas, com foco na estrutura e dinâmica do mercado de trabalho maranhense em relação ao conjunto do Brasil a partir dos anos 2000 até a atualidade. O texto finaliza com uma conclusão destacando as principais tendências observadas no mercado de trabalho do Maranhão e do Brasil nos anos recentes.

## 2 PROPOSTA METODOLÓGICA

O Observatório Social e do Trabalho tem como espaço geográfico de atuação o Estado do Maranhão, nas relações com o Nordeste e o Brasil, especificamente no que concerne às temáticas da Pobreza e do Trabalho, sendo este último o recorte específico deste projeto, conforme anteriormente delimitado.

O principal procedimento metodológico adotado é a produção, organização e disponibilização de informações sobre a estruturação e a dinâmica do Mercado de Trabalho no Maranhão e no Brasil, utilizando-se como principais fontes as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínuas (PNADCs), os Censos, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)), assim como dados disponibilizados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). As informações são disponibilizadas no site do GAEPF através de Boletins de periodicidade bimestral que alternam as temáticas do trabalho e da pobreza. Além dos Boletins, outro veículo de publicação do Observatório Social e do Trabalho são os Cadernos de Pesquisa, de periodicidade semestral, que visam à socialização dos resultados de pesquisas desenvolvidas no âmbito do GAEPF centradas nos eixos temáticos que constituem objeto do Observatório.

Outros procedimentos metodológicos utilizados para a dinamização do Observatório no Eixo Temático do Trabalho são os seguintes:

a) Interlocução institucional com setores do Estado do Maranhão, principalmente a Secretaria de Estado do Trabalho; a Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), dentre outros;

b) Interlocução com setores organizados da sociedade via promoção de eventos, debates, seminários e oficinas temáticas abertas;

c) Produção de textos científicos para apresentação e publicação em anais de eventos científicos nacionais e internacionais; publicação de artigos em periódicos científicos e publicação capítulos de livros.

A organização e o funcionamento do Observatório Social e do Trabalho são centrados no levantamento, análise e disponibilização de informações; no desenvolvimento de projetos de pesquisa; na avaliação e monitoramento de Políticas Públicas; na capacitação de recursos humanos em nível de graduação e de pós-graduação; na capacitação de sujeitos institucionais e da sociedade e no desenvolvimento de assessorias e consultorias.

Considerando essa dinâmica, o Observatório Social e do Trabalho tem a seguinte estrutura e mecanismos de funcionamento:

a) Uma coordenação geral sob a responsabilidade da coordenadora do GAEPP, Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva;

b) Duas coordenações temáticas, uma sobre a Pobreza e a outra sobre o Trabalho, esta última sob a responsabilidade da coordenadora do presente projeto, Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. Cada uma dessas Coordenações tem como principal atribuição a dinamização geral em relação às duas temáticas que constituem objeto do Observatório Social e do Trabalho.

c) Constituição de grupos de trabalho para desenvolvimento de atividades específicas, sendo integrados por pesquisadores e alunos de doutorado, de mestrado e de graduação;

d) Realização de reuniões gerais mensais para socialização dos trabalhos em andamento; troca de experiências e realização de estudos sobre temáticas de referência dos trabalhos;

e) Realização anual de eventos abertos à comunidade universitária, instituições e movimentos organizados da sociedade, tendo em vista divulgar resultados de trabalhos em andamento.

### **3: METAS PREVISTAS E REALIZADAS**

Nos últimos três anos de vigência da Bolsa (Processo: 307116/2017-4; Produtividade em Pesquisa – PQ – 2017), foram cumpridas as seguintes metas em termos de produções e orientações especificamente relacionadas à temática do trabalho além de outras não diretamente relacionadas a esta temática aqui não elencadas:

a) Publicação de 03 trabalhos em anais de eventos científicos nacionais e internacionais, enquanto foram previstos 02;

b) Publicação de 03 capítulos de livro tendo sido previstos 02;

c) Publicação de 01 artigo em periódico, enquanto foram previstos 02;

d) Apresentação de 03 trabalhos sobre a temática do Trabalho e das Políticas Públicas relacionadas ao Trabalho, enquanto foram previstos 02;

e) Orientações concluídas de 02 monografias de conclusão do curso de Ciências Econômicas, a partir de pesquisas realizadas no âmbito deste Projeto, enquanto foram previstas 03;



- f) Orientações concluídas de 02 teses de doutorado defendidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, a partir de uma previsão de 02 teses, estando ainda duas orientações de teses em andamento;
- g) Orientações concluídas de 02 dissertações de mestrado sendo 01 defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e 01 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, estando ainda 03 orientações de dissertação em andamento;
- g) Orientações concluídas de 03 trabalhos de Iniciação Científica, a partir da previsão de 03, estando ainda 01 em andamento;
- h) Publicação de 05 edições do Boletins Periódicos do Observatório Social e do Trabalho;
- i) Publicação de 01 edição do Cadernos de Pesquisa.

#### **4 SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE PESQUISA, ORIENTAÇÃO E DOS PRODUTOS GERADOS**

Especificamente no campo do Trabalho, ao longo dos três anos de vigência da bolsa, foram publicados 05 (cinco) Boletins Periódicos.

Em termos dos conteúdos abordados, o **Boletim Periódico - Ano 7 (2018) - n. 1** tem como tema central os rebatimentos do desempenho da economia sobre o mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão nos anos recentes. Assim sendo, na sessão “Em Foco”, aborda o comportamento de indicadores relativos a: taxa de desocupação, geração de emprego formal, posição na ocupação e rendimento do trabalho, no período recente, compreendido entre 2012 e 2017. Na sessão “Atualidades” a temática de interesse desta edição é debatida mediante uma entrevista realizada com o Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Marcelo Virgínio de Melo, Superintendente Estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Maranhão e Professor da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB).

Dando continuidade à anterior edição do Boletim do Observatório Social e do Trabalho centrada na temática do Trabalho, o **Boletim Periódico – Ano 7 (2018) – n. 3** tem como foco a análise do desempenho de alguns indicadores do mercado de trabalho naquela conjuntura econômica brasileira e maranhense. Assim sendo, a sessão “Em Foco” aborda indicadores relativos a: taxa de desocupação na sua relação com o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), geração de empregos formais, posições na ocupação e rendimentos da população ocupada, a partir dos dados mais recentes fornecidos pela PNAD contínua e pelo CAGED, enfocando o período de 2015

até o segundo trimestre de 2018. A sessão Atualidades traz uma entrevista com o Prof. Dr. Amilton Moretto da Universidade Federal de Integração da América Latina – UNILA, cujo conteúdo se centra nas tendências mais marcantes experimentadas pelo mercado de trabalho naquela conjuntura econômica brasileira.

O **Boletim Periódico Ano – 8 (2019) – n. 1** lança um olhar especial sobre as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, tomando como referência empírica a atual realidade do mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão. Assim sendo, na sessão “Em Foco”, analisa as diferenças que marcam homens e mulheres em âmbito nacional e estadual no que tange a alguns indicadores do mercado de trabalho tais como: taxa de ocupação, posição na ocupação, média de horas de trabalho e rendimento médio real do trabalho, utilizando como principal fonte de dados a PNAD Contínua referente ao terceiro trimestre de 2018. Tal temática é debatida e aprofundada na sessão “Atualidades”, mediante entrevista realizada com a Professora Doutora Maria Mary Ferreira, do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, a qual é pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos – GERAMUS e membro da Coordenação Estadual do Fórum Maranhense de Mulheres.

Já o **Boletim Periódico Ano 8 – (2019) – n.3** objetiva discutir a tendência de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, evidenciada a partir de 2015 e manifestada de forma mais acentuada na Região Nordeste e no estado do Maranhão, comparativamente ao conjunto do Brasil. Assim sendo, na sessão “Em Foco”, analisam-se as causas desta performance tão mais negativa do mercado de trabalho regional e estadual, através da desagregação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNADc, segundo o *Grupamento de atividades, a Posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal*. Esta temática é aprofundada na sessão “Atualidades”, a partir de Entrevista realizada pelo Prof. Dr. Felipe de Holanda, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão e pesquisador do GAEPP, com os Professores Doutores Leonardo Guimarães Neto e Sebastião Jorge Jatobá, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

Finalmente, o **Boletim Periódico Ano 9 (2020) – n. 1** tem como objeto de discussão a desestruturação do mercado de trabalho na Grande São Luís, no período pós 2015, e os desafios daí decorrentes no atual contexto de enfrentamento à pandemia da Covid-19. Assim sendo, na sessão “Em Foco”, realiza-se uma avaliação das

mudanças na estrutura ocupacional da Grande São Luís, no período entre os últimos trimestres de 2014 e de 2019, em comparação com o conjunto do Brasil, com o Estado do Maranhão e com a média das vinte maiores regiões metropolitanas do país. Dessa forma, busca-se alertar para o fato de que, desde 2015, um contingente expressivo de trabalhadores informais de baixa renda, na Grande São Luís foram se tornando crescentemente invisíveis problematizando a capilarização dos recursos de auxílio financeiro necessários para fazer frente à brusca queda ou desaparecimento de renda após a implantação das medidas de isolamento social, como estratégia de combate ao Covid-19. Na sessão “Atualidades”, apresenta-se uma entrevista realizada pelo Professor Doutor Felipe de Holanda, pesquisador deste Observatório, com a Assessora da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de São Luís e Coordenadora do Departamento de Informação e Inteligência Econômica, Laura Carneiro, e com o Assistente-Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de São Luís e do Departamento de Informação e Inteligência Econômica, Wilson França Ribeiro Filho, tendo como tema a atuação da Prefeitura Municipal de São Luís face à desestruturação do mercado de trabalho ludovicense em tempos de pandemia do Novo Corona Vírus.

Outro veículo de publicação do Observatório são os Cadernos de Pesquisa, de periodicidade semestral, os quais se destinam a publicar os resultados de pesquisas desenvolvidas no âmbito do GAEPP. No eixo do Trabalho, que se constitui no foco específico do presente projeto, foi publicado o **Cadernos de Pesquisa Ano 5 (2018) n. 2**, intitulado *Programa de Transferência de Renda e Mercado de Trabalho: um estudo de impactos do Bolsa Família sobre a inserção laboral de beneficiários do município de São Luís*, o qual apresenta uma síntese dos resultados de uma dissertação de mestrado orientada por esta pesquisadora e defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA.

Além desses produtos, importa ainda destacar como desdobramentos das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Observatório, especificamente centradas no eixo temático do Trabalho, no período de vigência da bolsa de produtividade, compreendido entre 2018 e 2021, os seguintes:

**a) Orientações em andamento:**

- Dissertação de Mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, intitulada “Mercado de Trabalho Formal e o Contexto Macroeconômico: uma análise da região Nordeste de 2001 a 2016”, de autoria de Beatriz Lima Machado;

- Dissertação de Mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, intitulada “Juventude e Mercado de Trabalho: uma análise das políticas de emprego no Maranhão nos anos de 2002 a 2014.”, de autoria de Amarayna Minelly Sousa Oliveira;
- Dissertação de Mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, intitulada “Precarização do SUAS: reflexos nas relações de trabalho na região metropolitana de São Luís”, de autoria de Márcia Regina Pereira Barros;
- Tese de Doutorado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, intitulada “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): uma avaliação do processo de implementação no Instituto Federal do Maranhão de 2007 a 2017”, de autoria de Edvan Wilson Ferreira Pinto;
- Tese de Doutorado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, intitulada “Auge e Declínio do Emprego Formal no Maranhão: uma interpretação sobre o processo de expansão e desaceleração do mercado de trabalho formal maranhense de 2001 a 2016” de autoria de Selma Sousa Pires;
- Trabalho de Iniciação Científica a ser desenvolvido no período de Agosto de 2020 a julho de 2021, no âmbito do Departamento de Economia, intitulado “O mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão no período de 2015 a 2021”, de autoria de Mauro Sergio Ferreira Lavra.

**b) Orientações concluídas:**

- Dissertação de Mestrado defendida em 2020 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, intitulada “Educação Profissional no Maranhão Contemporâneo: consistência e adequação dos cursos do IEMA face às tenências do mercado de trabalho formal maranhense”, de autoria de Paulo Roberto Correia Sousa;
- Dissertação de Mestrado defendida em 2021 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, intitulada “EBSERH e Trabalho na Saúde Pública: impactos da privatização da gestão do HUFMA sobre as condições e relações de trabalho”, de autoria de Enaire de Maria Sousa da Silva;

- Tese de Doutorado defendida em 2018 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, intitulada “A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Brasil: uma avaliação de impactos sobre os estabelecimentos, seus empregados e empregadores no período de 2005 a 2015”, de autoria de Fabrício Brito do Amaral;
- Tese de Doutorado defendida em 2019 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, intitulada “O Enfrentamento ao Trabalho da Criança e do Adolescente: uma avaliação política do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil” de autoria de Maria das Graças de Oliveira Vasconcelos;
- Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas defendida em 2020, intitulada “Modelo de Desenvolvimento e Mercado de Trabalho no Maranhão: a dinâmica setorial do emprego formal nos períodos de 2004-2013 e 2014-2017” de autoria de Larisse Guedes Silva Almeida;
- Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas defendida em 2020, intitulada “Mercado de Trabalho e Relações de Gênero: uma análise da participação feminina no mercado de trabalho maranhense nos períodos de 2004 a 2019”, de autoria de Marília de Moraes Silva;
- Trabalho de Iniciação Científica desenvolvido no período de Agosto de 2018 a julho de 2019, no âmbito do Departamento de Economia, intitulado “Mercado de Trabalho e Relações de Gênero: uma análise da participação feminina no mercado de trabalho maranhense nos períodos de 2004 a 2019”, de autoria de Marília de Moraes Silva;
- Trabalho de Iniciação Científica desenvolvido no período de Agosto de 2018 a julho de 2019, no âmbito do Departamento de Economia, intitulado “Modelo de Desenvolvimento e Mercado de Trabalho no Maranhão: a dinâmica setorial do emprego no período de 2004 a 2018 de autoria de Cléa Nathanny Fonseca dos Santos;
- Trabalho de Iniciação Científica desenvolvido no período de Agosto de 2019 a julho de 2020, no âmbito do Departamento de Economia, intitulado “A dinâmica do mercado de trabalho maranhense no período de 2014 a 2019”, de autoria de Cléa Nathanny Fonseca dos Santos.

### **c) Artigos publicados em periódicos**

- SILVA, Maria Ozanira da Silva e; SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. Observatório Social e do Trabalho: construindo as temáticas pobreza e trabalho no campo das Políticas Públicas. Revista de Políticas Públicas da UFMA. Série Especial, v.22. 2018.

### **d) Capítulos de livros**

- SOTO, Silvia Fernades; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; TRIPIANA, Jorge Daniel. Transformaciones del sistema de protección social en el contexto latinoamericano y antecedentes políticos e institucionales de los programas de transferencia de renta condicionada. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; SOTO, Silvia Fernades (Org). MITO Y REALIDAD EN EL ENFRENTAMIENTO DE LA POBREZA EN AMÉRICA LATINA: estudio comparado de los Programas de Transferencia de Renta en Brasil, Argentina y Uruguay. Buenos Ayres: Spacio Editorial, 2018;
- LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. A Insegurança do Trabalho em Meio à Pandemia da Covid-19. In: GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa; DESTERRO, Rodrigo (Orgs.). Vulnerabilidades Sociais em Tempo de Pandemia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020;
- MELLO, Lívia Maria Jansen de; LIMA, Valéria Ferreira Santos de. O Bolsa Família e seus impactos sobre a inserção laboral de seus beneficiários no município de São Luís. In: MESQUITA, Benjamin Alvino de; ARAÚJO, Elizeu Serra de; MADEIRA, Welbson do Vale (Orgs.). Desenvolvimento e seus impasses no século XXI. Curitiba: CRV, 2020.

### **e) Trabalhos publicados em anais de eventos científicos:**

- LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; PEREIRA, Maria Eunice Damasceno. O trabalho e sua contextualização na realidade brasileira contemporânea. XVI Encontro Nacional da ABET: A Reforma Trabalhista no Brasil e no Mundo, Salvador, 2019;
- LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; PEREIRA, Maria Eunice Damasceno. O trabalho e sua contextualização na realidade latino-americana contemporânea. XXXII Congresso Internacional da ALAS: Hacia un nuevo horizonte de sentido historico de una civilizacion de vida. Lima-Peru, 2019.
- LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. O MERCADO TRABALHO NO BRASIL E NO MARANHÃO A PARTIR DOS ANOS 2000: principais tendências sistematizadas pelo Observatório Social e do Trabalho. XVI Encontro Nacional

de Pesquisadoras/res em Serviço Social: Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social. Vitória-ES, 2018.

**f) Trabalhos apresentados em eventos científicos:**

- LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; PEREIRA, Maria Eunice Damasceno. O trabalho e sua contextualização na realidade brasileira contemporânea. XVI Encontro Nacional da ABET, Salvador, 2019;
- LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; PEREIRA, Maria Eunice Damasceno. O trabalho e sua contextualização na realidade latino-americana contemporânea. XXXII Congresso Internacional da ALAS, Lima-Peru, 2019;
- LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. O MERCADO TRABALHO NO BRASIL E NO MARANHÃO A PARTIR DOS ANOS 2000: principais tendências sistematizadas pelo Observatório Social e do Trabalho. XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/res em Serviço Social, Vitória-ES, 2018.

**5 SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS REALIZADAS:** estrutura e dinâmica do mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão a partir dos anos 2000

Os principais resultados das pesquisas realizadas no âmbito do *Observatório Social e do Trabalho*, situadas especificamente no eixo temático do Trabalho e tendo como foco a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro nos anos recentes, são sintetizados a seguir, com destaque aos indicadores: ***taxa de desocupação, posição na ocupação no trabalho principal, e remuneração média do trabalho.***

**5.1 Taxa de desocupação**

No tocante à ***taxa de desocupação***, os dados dos dois últimos censos mostram que, no período 2000 a 2010, o PIB maranhense cresceu acima do PIB nacional. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001, 2011). No entanto, enquanto no nível nacional a ocupação registrou crescimento médio anual de 2,78%, no Estado, não foi além de 1,76% a.a. Em ambos os casos, houve um recuo na taxa de desocupação, a qual declinou, no conjunto do país, de 15,3% em 2000 para 7,6% em 2010, enquanto no Maranhão o indicador registrou redução menor, variando de 11,8% para 8,7% no período. (HOLANDA et al., 2013).

Ainda em relação à **taxa de desocupação**, os dados das PNAD indicam que, no Brasil, no período de 2002 a 2011, a taxa de desocupação recuou em 3,4 pontos percentuais, com a criação de 14,6 milhões de postos de trabalho. Por outro lado, no Maranhão, a diminuta geração de ocupações no período levou a uma elevação da taxa de desocupação da ordem de 2,1% ao ano. (LIMA; HOLANDA; NASCIMENTO, 2012).

Por outro lado, os dados da PNAD 2012 revelam um desempenho do mercado de trabalho maranhense mais favorável do que o brasileiro, ao contrário do registrado entre 2002 e 2011. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013). Com efeito, no período de 2011 a 2012, assiste-se a um declínio da taxa de desocupação no Maranhão, de 16,4 pontos percentuais, bem maior do que o observado no Brasil, onde esta taxa caiu apenas 7,6%. (LIMA; HOLANDA, 2013).

Conforme advertem Holanda e Anchieta Júnior (2014), de acordo com dados do CAGED, enquanto em 2010, diante dos 7,5% de avanço do PIB, o país abriu 3,1 milhões de postos de trabalho formais (média mensal de 265 mil novas vagas), no ano de 2013, esse número caiu para 1,1 milhão (uma média mensal de 91 mil novas vagas), menor até do que em 2009, ano de recessão, evidenciando uma forte desaceleração no ritmo de contratações durante esse período.

Por outro lado, os autores citados afirmam que, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada pelo IBGE, a taxa de desocupação no Brasil fechou 2013 em 4,3%, o menor valor da série iniciada em 2002. A pequena elevação, observada em janeiro de 2014, para 4,8%, não impediu que a marca fosse a mínima histórica para o referido mês.

Uma parte da explicação para esse aparente paradoxo se relaciona a mudanças demográficas com destaque à desaceleração do crescimento populacional. A outra parte da explicação está na menor taxa de participação dos jovens entre 18 e 24 anos no total da população ocupada e no total da PEA. As razões apontadas para essa *fuga* de jovens do mercado de trabalho estão relacionadas com a busca por melhor qualificação, favorecida por iniciativas do governo federal tais como: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). (HOLANDA; ANCHIETA JÚNIOR, 2014).

Analisando essa conjuntura e os rebatimentos da recessão vivenciada pela economia brasileira nos indicadores de ocupação/desocupação, Lima, Anchieta Júnior e Sousa (2015) destacam que os dados dos primeiros quatro meses de 2015 apontam o fechamento de 137 mil postos de trabalho formal. Nos últimos doze meses, encerrados em abril de 2015, o resultado é ainda pior, com mais de 263 mil vagas encerradas. No



Maranhão, a trajetória é a mesma. A geração de empregos formais no Estado recuou de 28,5 mil em 2011 para pouco mais de 1,1 mil em 2014.

De fato, o ciclo de elevação da taxa de juros SELIC iniciado em 2014, que termina por se espalhar para todas as demais modalidades de crédito, o reajuste de preços administrados (energia elétrica e combustíveis) com a consequente aceleração da inflação no 1º trimestre de 2015, que reduz a renda disponível para o consumidor e, ainda, os efeitos da Operação Lava-Jato (sobretudo na Construção Civil) afetaram negativamente o desempenho do mercado de trabalho. (LIMA; ANCHIETA JÚNIOR; SOUSA, 2015).

Assim sendo, de acordo com a PNAD Contínua, o contingente de desocupados, no Brasil, aumentou em quase 1,5 milhão de pessoas na passagem do último trimestre de 2014 para o 1º trimestre de 2015, e a taxa de desocupação deu um salto, de 6,5% para 7,9% no mesmo período. No Maranhão, 55 mil pessoas entraram na *fila do desemprego* entre o último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015 e a taxa de desocupação subiu ainda mais, de 7,0% para 8,9%. (LIMA; ANCHIETA JÚNIOR; SOUSA, 2015). Em termos médios, segundo a PNAD Contínua, as taxas de desocupação registradas no Brasil e no Maranhão no ano de 2015 foram de 8,5% e 8,6%, respectivamente. (LIMA; MORAES, 2016). Já como resultado do aprofundamento da crise política e econômica brasileira, a trajetória ascendente da taxa de desocupação se acentua no Brasil em 2016, alcançando a média de 11,5%. (LIMA; MORAES; SILVA, 2017).

Com efeito, cumpre ressaltar que o agravamento da crise político-institucional culminou com a aprovação pelo Congresso Nacional do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, tendo assumido o governo o Vice-Presidente da República, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Isso representou a vitória de um projeto conservador que punha em xeque importantes avanços experimentados pelo país, sobretudo na esfera social, ao longo da primeira década de 2000. Isto porque exatamente a esses avanços eram atribuídas as principais causas do agravamento do déficit público, da aceleração da inflação e da queda significativa da taxa de crescimento do PIB, a qual regrediu de 2,7% para 0,1% entre 2013 e 2014, atingindo os índices negativos de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015b; INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS, 2017).

Isso posto, segundo o discurso oficial, a solução para a crise econômica exigiria necessariamente o aprofundamento do ajuste fiscal, já iniciado no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, mediante rigorosos cortes de recursos, especialmente na

área social, e a aprovação de reformas nos campos trabalhista e previdenciário de cunho extremamente regressivo do ponto de vista da classe trabalhadora. Tal ajuste, entretanto, não colocava em questão o mau uso dos recursos com pagamentos de juros sobre a dívida pública, que alcançaram, segundo Pochmann (2017)<sup>1</sup>, cerca de 8,5% do PIB em 2015, ante 5,7% em 2014, além dos desperdícios em subsídios e desonerações para setores privilegiados. Ademais, sequer tangenciava a necessidade de reforma do sistema tributário brasileiro, extremamente regressivo, cuja carga de impostos, taxas e contribuições termina favorecendo os ricos em detrimento dos pobres.

Nesse contexto de crise, com rebatimentos negativos sobre o mercado de trabalho brasileiro, reascendeu o debate em torno da necessidade de flexibilização das relações de trabalho, culminando com a aprovação pela Câmara de Deputados e sanção pelo Presidente da República da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, que amplia e flexibiliza ainda mais as possibilidades de terceirização e de contratação de trabalho temporário, a qual certamente imporá mudanças marcantes na estrutura do mercado de trabalho brasileiro.

Para complementar o pacote de medidas regressivas, foi aprovada pelo Congresso Nacional uma proposta de reforma trabalhista, extremamente regressiva do ponto de vista da classe trabalhadora, cuja principal orientação é o predomínio do negociado sobre o legislado em matéria de direitos trabalhistas.

Nesse contexto, em 2017, em que pese o crescimento do PIB, estimado, segundo o Boletim Focus (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017), em 1,0% e 2,7%, respectivamente, no Brasil e no Maranhão, e embora os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) trimestral apontem um movimento de queda na taxa de desocupação no segundo e no terceiro trimestre de 2017, na média do ano, a taxa ainda permaneceu elevada alcançando o maior nível da série iniciada em 2012, saltando de 8,5%, em 2015, para 13,1% em 2017, no Brasil, e de 8,6% para 14,6%, no Maranhão, no mesmo período. (LIMA; MORAES; SILVA, 2018).

Ademais, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e sua posse como Presidente da República, em 2019, representou o aprofundamento, no Brasil, de tendências ultraconservadoras e ultraliberais que passaram a pôr em xeque importantes conquistas civilizatórias da sociedade brasileira em todos os campos das políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida ao Boletim do Observatório Social e do Trabalho, Ano 6, n. 2.

Foi nesse cenário que, para completar o conjunto de mudanças regressivas no marco regulatório do trabalho, foi aprovada no Congresso uma proposta de reforma da Previdência que representa um ataque a importantes direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora.

É, portanto, nesse contexto de avanço do conservadorismo nas políticas públicas, de ataque aos direitos sociais e de crescente insegurança do trabalho que o Brasil e, particularmente o Maranhão enfrentam, hoje, os efeitos nefastos da pandemia da COVID 19 sobre um mercado de trabalho já com fortes tendências de desestruturação.

De fato, a pandemia implicou em impactos profundos no mercado de trabalho, afetando principalmente os trabalhadores com menor proteção social. No Maranhão, os efeitos foram particularmente significativos, não somente em função da queda sem precedentes da população ocupada e da população economicamente ativa, mas também pelo fato de que, diferentemente de recessões anteriores, desta vez os trabalhadores informais foram os mais atingidos.

Com base nos dados da PNAD Contínua divulgada pelo IBGE, pode-se observar que a taxa de desocupação no Maranhão se estabeleceu em 14,5% no 4º trimestre de 2020, apresentando trajetória de queda em relação aos outros três trimestres do ano e fechando em alta de 2,4 pontos percentuais (p.p) no comparativo interanual. No terceiro trimestre, o indicador estava em 16,8%, maior percentual da série histórica iniciada em 2012. Em números absolutos, a quantidade de pessoas desocupadas no Maranhão recuou em cerca de 42 mil, na passagem do terceiro trimestre para o quarto trimestre de 2020.

Na comparação entre os estados do Nordeste, o Maranhão apresentou a terceira menor taxa de desocupação, somente o Piauí (12,0%) e o Ceará (14,4%) exibiram resultados melhores. Por sua vez, no país, a taxa avançou 2,9 p.p, tendo como referência o mesmo período do ano passado, e recuou 0,7 p.p em relação ao terceiro trimestre, alcançando, assim, 13,9% de desocupados em relação à força de trabalho.

Mesmo diante da queda no trimestre que encerra o ano, as taxas médias de desocupados para o ano de 2020, apresentadas tanto pelo Maranhão quanto pelo Brasil, se estabeleceram em patamar máximo histórico.

Apesar de indicar uma aparente retomada da ocupação, a taxa de desocupação não é o indicador que melhor reflete a evolução do trabalho durante a pandemia. Isso porque, tecnicamente, o IBGE só considera como desocupada aquela pessoa que está sem trabalho, mas busca efetivamente novas oportunidades. Como a pandemia impôs

regras de distanciamento e isolamento social, muitas pessoas ficaram impossibilitadas de procurar empregos, seja pelo isolamento ou mesmo porque a atividade econômica desacelerou. Desta forma, na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2020, o total de pessoas desalentadas cresceu 19,1% no Brasil (+913 mil pessoas) e 14,1% no Maranhão (+83 mil pessoas). De acordo com a Pnad Covid/IBGE, o total de maranhenses não ocupados que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade chegou a 1,07 milhão em maio, contingente 24,4% superior ao que seria apontado seis meses mais tarde, em novembro do mesmo ano. Isso explica por que a taxa de desocupação do estado permaneceu estável no momento mais grave da crise sanitária. Caso a força de trabalho potencial fosse considerada, o Maranhão encerraria o ano com uma taxa real<sup>2</sup> de desocupação de 36,7%, enquanto o país atingiria o percentual de 22,7% no indicador de desemprego real.

## 5.2 Posição na ocupação no trabalho principal

No que se refere à **posição na ocupação**, no plano nacional, pode-se observar, a partir da PNAD, que, em 2011, enquanto a formalização das ocupações (empregados com carteira assinada, somados aos militares e estatutários) atingia 46,0%, no Estado do Maranhão o percentual era de somente 22,1%.

Outro indicador do alto grau de desestruturação do mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro é que, em 2011, enquanto no Brasil os empregados sem carteira assinada representavam 24,6% do total de empregados assalariados, no Maranhão, o percentual de emprego não protegido correspondia a 44,7% (LIMA; HOLANDA; NASCIMENTO, 2012).

Tomando-se como universo somente a conjunto dos trabalhadores empregados e considerando-se a dinâmica da sua distribuição entre os subconjuntos de empregados com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários e empregados sem carteira de trabalho assinada, observa-se que, no período de 2002 a 2011, houve uma significativa melhoria do mercado de trabalho brasileiro em termos do grau de formalização das relações de emprego, já que os empregados com carteira de trabalho assinada passaram de 54,0% para 63,6% do total de empregados, enquanto os empregados sem carteira caíram de 34,2% para 24,6%.

No Maranhão, esta tendência de formalização das relações de emprego se manifestou com maior intensidade neste período, visto que os empregados com carteira

---

<sup>2</sup> Taxa combinada de desocupação somada a força de trabalho potencial em relação a força de trabalho ampliada.

saltaram de 25,1% para 38,7% e os sem carteira caíram de 58,7% para 44,7%, não obstante ainda fosse evidente o maior grau de desestruturação do mercado de trabalho maranhense em relação ao brasileiro. Já entre 2011-2012, no plano nacional, evidenciase certa estabilidade na distribuição dos empregados por categoria de emprego, uma vez que os percentuais se mantêm relativamente inalterados. Enquanto isso, no plano estadual, em que pese o maior dinamismo do mercado de trabalho maranhense em relação ao brasileiro em termos de geração de ocupações, verifica-se uma ligeira reversão da tendência de formalização observada no período anterior (2002-2011), expressa na queda da participação dos empregados com carteira e militares e funcionários públicos estatutários e no concomitante aumento da participação dos empregados sem carteira, que passaram de 44,7% para 48,1% do total de empregados. (LIMA; HOLANDA, 2013).

Analisando os reflexos do aprofundamento da crise política e econômica brasileira em termos de precarização das relações de trabalho, Lima, Moraes e Silva (2017), baseados em dados da PNAD Contínua, advertem que, comparando-se os anos de 2012 e 2016, observa-se, no plano nacional e no plano estadual, uma queda da participação dos empregos protegidos (empregados celetistas somados aos funcionários públicos) e aumento da participação das *formas mais precárias de trabalho* (empregados sem carteira somados aos conta própria, a maioria dos quais desprovida de direitos trabalhistas e previdenciários). De fato, no Brasil, entre 2012 e 2016, o percentual de empregos protegidos passou de 53,1% para 52,4%, enquanto, no Maranhão, caiu de 32,6% para 32,4%, no mesmo período. Em contrapartida, o que aqui se está denominando de *formas mais precárias de trabalho* tiveram sua participação aumentada de 39,6% para 40,8%, no Brasil e de 58,7% para 60,7%, no Maranhão, no período considerado. (LIMA; MORAES; SILVA, 2017).

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), houve uma retomada do emprego celetista no Maranhão em 2017 com o registro de abertura 1,2 mil vagas. No recorte setorial, quatro setores apresentaram desempenho positivo, com destaque para os Serviços (+3,6 mil) e a Construção Civil (+8,45). Em contrapartida, o setor que mais desmobilizou emprego formal foi a Indústria de Transformação (-2,1 mil). Por sua vez, no país, ainda permanece a trajetória de deterioração do emprego com carteira assinada (-20,8 mil), embora em magnitude inferior à observada nos últimos dois anos. Setorialmente, a retomada do emprego formal no país ainda é restrita aos setores do Comércio (+40 mil), da Agropecuária (+37 mil) e dos Serviços (+36,9). Já as demissões do ano se concentraram nas Indústrias de Construção Civil (-103,9 mil) e de Transformação (-19,8 mil). As grandes incertezas

relacionadas à evolução do cenário político-institucional comprometem a recuperação do investimento agregado compatível com a retomada do crescimento sustentado. Nesse sentido, em 2017, no Brasil, o emprego com carteira assinada não rompeu a tendência de deterioração que foi observada nos últimos anos. (LIMA; MORAES; SILVA, 2018)

De fato, entre 2016 e 2017, do total de ocupações incrementadas no país, 819 mil trabalhadores estavam ocupados sem carteira de trabalho assinada (+3,9%). A esses empregados somam-se mais 1,07 milhão de pessoas que passaram a atuar como trabalhadores por conta própria (+3,5%) no mesmo período. Ao mesmo tempo, o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho com carteira assinada no setor privado reduziu 2,3%. (LIMA; MORAES; SILVA, 2018)

Por outro lado, de acordo com a PNAD contínua, entre as 6 mil pessoas que se inseriram no segmento de ocupados no Maranhão em 2017, é importante considerar que o grupo dos empregados formais (com carteira mais servidores públicos) contribuiu com um aumento de 37 mil pessoas, ao passo que as ocupações comumente consideradas precarizadas (conta própria, trabalhadores sem carteira assinada ou envolvidos no trabalho familiar auxiliar) registraram queda de 49 mil pessoas. Isto se deve ao impacto dos trabalhadores por conta própria (-78 mil), sobretudo ocupados na Agropecuária (-50 mil), que enfrentaram dificuldades devido à forte estiagem 2015-2016, com reflexos em 2017. Nesse sentido, ao contrário do registrado no país, não houve aumento da informalidade entre as pessoas ocupadas no Maranhão em 2017, embora mereça destaque o incremento de 80 mil pessoas na condição de desocupadas. Portanto, no país, embora o movimento de crescimento (+1,1%) na ocupação tenha sido superior ao registrado para o Maranhão (+0,4%), considerando a comparação interanual, há um processo de retomada do mercado de trabalho fortemente baseado no trabalho precário (aumento de mais de dois milhões de ocupações) em detrimento do emprego formal (queda aproximada de 800 mil pessoas). (LIMA; MORAES; SILVA, 2018)

No que se refere ao perfil das ocupações segundo a posição e categoria do emprego, no contexto da Pandemia, os mercados de trabalho formal e informal <sup>3</sup>foram impactados de formas diferentes em cada um dos trimestres do ano de 2020.

Observa-se em ambas as abrangências territoriais que os mais afetados pela pandemia em um primeiro momento foram os trabalhadores informais. Na

---

<sup>3</sup> São considerados informais as pessoas sem carteira assinada (empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) ou trabalhadores sem remuneração.

passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2020, o estoque de trabalhadores informais no Brasil recuou 16,4%, enquanto que no estado a involução foi de 18,7%, implicando em taxas de informalidade em patamares reduzidos. Esse movimento expôs a maior vulnerabilidade dessa categoria.

No período seguinte, isto é, no terceiro trimestre, os mais impactados foram os trabalhadores formais. Essa inversão se deve ao fato de o trabalhador informal ser mais sensível a mudanças na conjuntura: foi o primeiro a ser impactado e o primeiro a retomar as atividades, o que pode ser verificado também no último trimestre do ano, quando a abertura de novas vagas foi impulsionada pela informalidade, em ambas as abrangências.

No Maranhão, apesar da retomada das vagas informais no quarto trimestre de 2020, o fechamento de postos com menor proteção social, desde o início da crise sanitária, continuou superando o de postos formais. Considerando o resultado líquido, das mais de 58 mil vagas perdidas desde o segundo trimestre do ano, 56 mil foram informais. Em termos de contingente, o Maranhão encerra o ano de 2020 com um total de 1,29 milhão de trabalhadores informais, que corresponde a uma taxa de 60,3%, superior à registrada em âmbito nacional (39,5%).

### 5.3 Remuneração média do trabalho

Ao contrário da evolução do emprego formal no Estado em comparação com o país, a relação entre a **remuneração média dos trabalhadores formalizados** no Maranhão em comparação a do Brasil reduziu-se no subperíodo 2007 a 2011, não obstante o maior dinamismo da geração de empregos no Estado. Observa-se, pelos dados da RAIS/MTE, que o indicador recuou de 77,6% em 2007 para 67,6% em 2011. (BRASIL, 2012). Um dos aspectos explicativos é que os segmentos que registraram maior dinamismo no subperíodo são aqueles com as menores remunerações médias – comércio e construção civil. Outro fator importante diz respeito à maior taxa de precarização do mercado de trabalho maranhense em comparação com o plano nacional, o que se traduz na menor capacidade de barganha dos trabalhadores no Estado. (HOLANDA et al., 2013).

Ainda no tocante a esse indicador, Lima et al (2015) observam que a remuneração média mensal do trabalhador brasileiro obteve um aumento real de 9,9% no período entre 2011 e 2013, passando de R\$1.475,5 para R\$1.622,1. Já a remuneração média mensal do trabalhador maranhense evoluiu de R\$ 716,9 em 2011

para R\$ 857,3 em 2013, variação real de 19,6%. Segundo Lima e outros (2015), nota-se também que em 2011a remuneração média real mensal do trabalhador maranhense correspondia a 48,6% da remuneração média real mensal do trabalhador brasileiro em geral. O indicador avançou em 2012, para 54,8%, e caiu no ano seguinte, para 52,8%. Conforme ressaltam os autores, muito da expansão da remuneração deve-se à política de valorização do salário mínimo, já que, em termos reais, o reajuste acumulado entre 2011 e 2013 foi de 10,4%.

Refletindo sobre os efeitos da conjuntura recessiva sobre os indicadores de rendimento do trabalho, Lima, Anchieta Júnior e Sousa (2015) advertem que o menor dinamismo da ocupação também repercutiu sobre a evolução da massa de rendimentos (remuneração média multiplicada pela população ocupada). No 1º trimestre de 2015, o rendimento médio mensal do trabalhador avançou 4,0%, em termos reais, em relação ao último trimestre de 2014. Na comparação com o 1º trimestre de 2014, porém, houve queda de 0,4%. No Maranhão, a trajetória é um pouco diferente. No 1º trimestre de 2015, o rendimento médio mensal trabalhador maranhense caiu 0,3%, em termos reais, em relação ao último trimestre de 2014 e, na comparação com o 1º trimestre de 2015, a queda foi ainda maior, de 1,4%.

Considerando-se a conjuntura de recuperação da economia, no terceiro trimestre de 2017, no Maranhão, o rendimento médio real das pessoas ocupadas se manteve relativamente estável em relação ao trimestre anterior (+0,1%) e registrou aumento expressivo de 8,8%, na comparação interanual, estimulado pelo setor de Serviços. Ainda no Maranhão, no terceiro trimestre de 2017, a massa de rendimentos reais atingiu o maior valor da série, ao registrar o montante estimado de R\$ 2,871 bilhões, representando um crescimento de 4,2% em relação ao trimestre anterior e de 9,5% na comparação interanual. O bom desempenho desse indicador está menos atrelado à retomada do nível da ocupação e mais vinculado ao comportamento observado no rendimento médio real. Ainda assim, sinaliza uma repercussão positiva do crescimento econômico sobre os setores do Comércio e dos Serviços no Estado sendo, porém, imprescindível a contribuição da Indústria de Construção Civil para o crescimento continuado do indicador, o que ainda se mostra muito incipiente. Já no país, o rendimento real médio apresentou crescimento de 2,4% (comparação interanual), ao passo que a massa de rendimentos cresceu 3,9%, devido ao efeito combinado entre o desempenho deste primeiro indicador e o ganho registrado no número de pessoas ocupadas. (LIMA; MORAES; SILVA, 2018)

Mais recentemente, no contexto da Pandemia, a trajetória da renda da população ocupada sofreu expressiva queda após a paralisação das atividades



produtivas, tratando-se da maior contração da massa de rendimentos registrada na série, tanto em âmbito estadual (-8,4%), quanto em nível nacional (-5,6%), alcançando no país, nível próximo ao exibido nos anos de recessão – R\$ 210,10 bi, em 2020, contra R\$ 204,75 bi, em 2016. Considerando dados da PNAD Covid, os ocupados no país receberam em junho uma massa total de remuneração efetiva 16,5% inferior a habitual, percentual idêntico ao verificado em âmbito estadual.

A forte desmobilização de trabalhadores de baixa remuneração ocorrida em um primeiro momento culminou em movimento de ampliação do rendimento médio provocado pela cessação de postos de trabalho informais. Este movimento foi se esvaindo no decorrer do ano, à medida que os trabalhadores de menor remuneração foram reinseridos na força de trabalho e os ocupados formais foram sendo desmobilizados em ritmo superior. Assim, o rendimento médio dos ocupados maranhenses encerrou o quarto trimestre de 2020 em R\$ 1,39 mil, que equivale a 66% do verificado em plano nacional.

## **6 CONCLUSÃO**

Neste relatório, procurou-se realizar um balanço dos conteúdos abordados nos Boletins Periódicos e Cadernos de Pesquisa publicados pelo GAEPP no âmbito Observatório Social e do Trabalho tendo como foco o eixo temático do Trabalho, assim como sintetizar as principais tendências identificadas na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho maranhense vis a vis o brasileiro a partir dos anos 2000.

Em relação aos conteúdos enfocados nos Boletins e Cadernos de Pesquisa, pode-se concluir que estes veículos de publicação têm se constituído em um importantes mecanismos de interlocução do GAEPP com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral, a partir do qual este grupo de pesquisa tem se posicionado no debate em torno de temas atuais e relevantes situados no campo do Trabalho, tendo como universo o Estado do Maranhão na sua relação com o conjunto do Brasil. Ademais, este tem sido um espaço de acompanhamento e análise do comportamento de importantes indicadores dos mercados de trabalho maranhense e brasileiro, bem como de mudanças efetuadas no marco regulatório do trabalho.

No que se refere às principais tendências identificadas no mercado de trabalho maranhense em comparação ao brasileiro, cabe destacar, em termos de estrutura, a significativa desvantagem do Estado do Maranhão se comparado ao

conjunto do Brasil no que se refere aos indicadores aqui analisados. Com efeito, além da menor sensibilidade da taxa de ocupação face ao crescimento do PIB, justificada pela deficiente diversificação da sua estrutura produtiva, o Estado ostenta um índice de formalização das relações de trabalho que mal se aproxima da metade da média brasileira. Da mesma forma, a remuneração média real mensal do trabalhador maranhense se situa em torno de 50,0% da remuneração média real mensal do trabalhador brasileiro em geral.

Enfim, em termos de dinâmica de comportamento no período em análise, percebe-se que, após significativos avanços experimentados pelo mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão, sobretudo na primeira década de 2000, expressos na queda da taxa de desocupação, na elevação do índice de formalização das relações de trabalho e no aumento da remuneração média real do trabalho, na atual conjuntura de aprofundamento da crise política e econômica, de ajuste fiscal e de crise sanitária assiste-se a uma deterioração de todos esses indicadores, mostrando-se mais nítida a partir de 2015 e manifestando-se com maior intensidade no plano estadual. E, embora se tenha observado uma elevação do número de ocupados ao longo de 2017, esse processo foi marcado pelo aumento da precarização do trabalho, sobretudo no Brasil, em um contexto de entrada em vigor da reforma trabalhista. Ademais, vale ressaltar o fato de a recuperação econômica ter se mostrado lenta, gradual e instável, tendo sido interrompida pelos impactos econômicos negativos advindos das medidas de restrição impostas pela Pandemia da Covid-19 com efeitos deletérios sobre o mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão.

## REFERÊNCIAS

HOLANDA, Felipe. M. de et al. Maranhão versus Brasil: o que apontam os dados dos Censos 2000 e 2010 e a evolução do Emprego Formal (RAIS-MTE). **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 2, n. 2, 2013. Disponível em: <[http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_2014\\_1/em%20foco.pdf](http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2014_1/em%20foco.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

-----; ANCHIETA JÚNIOR, V. Prontos para a mudança de ciclo? O que mostram os dados desagregados recentes do mercado de trabalho brasileiro. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 3, n. 2, 2014. Disponível em: <[http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_2016\\_1/foco%20-%20atual.pdf](http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2016_1/foco%20-%20atual.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

----- . **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

----- . **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 2012**. Rio de Janeiro, 2013.

----- . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pnad\\_continua/default\\_tabelas\\_uf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pnad_continua/default_tabelas_uf.shtm)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

----- . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em abril de 2021.

----- . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) COVID-19**. Rio de Janeiro. Disponível em <[covid19.ibge.gov.br/pnad-covid](https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid)>. Acessado em abril de 2021.

----- . **Sistema IBGE de recuperação automática**. Rio de Janeiro. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em abril de 2021.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. *Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense*. São Luís, 2017. (Nota Conjuntura, n. 1). Disponível em <http://www.imesc.ma.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2017

LIMA, Valéria F. S. de Almada; HOLANDA, Felipe M. de; NASCIMENTO, Talita de Sousa. Evolução do mercado de trabalho no Maranhão: 2002 a 2011. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís**, ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <[http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_2013\\_1/em%20foco%20boletim%20zero.pdf](http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2013_1/em%20foco%20boletim%20zero.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

-----; HOLANDA, Felipe M. de. Mercado de trabalho no Maranhão: o que apontam os dados da PNAD de 2012? **Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís**, ano 2, n. 4, 2013. Disponível em: <[http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_2015\\_1/em%20foco.pdf](http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2015_1/em%20foco.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

----- . et al. O que mostraram os dados da PNAD 2013: taxa de desocupação e rendimentos do trabalho no Maranhão versus Brasil. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 4, n. 1, 2015. Disponível em: <[http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_ano2015\\_n.1/em%20foco%20-%20atual.pdf](http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano2015_n.1/em%20foco%20-%20atual.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

-----; ANCHIETA JÚNIOR, V.; SOUSA, R. M. de. Rebatimentos da recessão no mercado de trabalho e mudanças regressivas no marco regulatório. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís**, ano 4, n. 3, 2015. Disponível em: <[http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_ano\\_4\\_n\\_3/em%20foco.pdf](http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano_4_n_3/em%20foco.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2015.

-----; MORAES, G. B. P. Crise e mercado de trabalho no Maranhão x Brasil: o que apontam os últimos dados do CAGED e da PNAD-Contínua? **Boletim do**

**Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 5, n. 2, 2016. Disponível em: <[http://www.gaepp.ufma.br/boletim/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=75](http://www.gaepp.ufma.br/boletim/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=75)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

-----; MORAES, G. B. P; SILVA, R. T. C. A atual conjuntura de aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil e no Maranhão e as recentes medidas de flexibilização das relações de trabalho. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 6, n. 2, 2017. Disponível em: <[http://www.gaepp.ufma.br/boletim/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=79](http://www.gaepp.ufma.br/boletim/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=79)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

----- Os rebatimentos do atual desempenho da economia sobre o mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 7, n. 1, p. 1-5, fev. 2018. ISSN 2357-8882. Disponível em: <[http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim\\_ano\\_7\\_n\\_1/em%20foco.pdf](http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano_7_n_1/em%20foco.pdf)>.